

ENTRE DIÁLOGO E CONFLITO: A VINDA E A SEGUNDA VINDA DO MESSIAS NAS TRADIÇÕES JUDAICA E CRISTÃ

BETWEEN DIALOGUE AND CONFLICT: THE COMING AND THE SECOND COMING OF THE MESSIAH IN JEWISH AND CHRISTIAN TRADITIONS

Saul KIRSCHBAUM, Doutorado na FFLCH/USP, PPG Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica. Pós-doutorado na Unicamp. Professor do Centro Cristão de Estudos Judaicos-SP. *

Maria Lúcia GUILHERME, Mestre em Letras pelo Programa de Letras Estrangeiras e Tradução pela FFLCH/USP. Pesquisadora do LABÔ – Laboratório de Política, Comportamento e Mídia da Fundação São Paulo, professora no Centro Cristão de Estudos Judaicos-SP. **

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar vertentes diversas, mas não opostas, de como se deu e desenvolveu a origem da tradição cristã dentro da judaica a partir do diálogo entre dois textos. O primeiro apresenta a profecia sobre o nascimento de um Messias Salvador, que consta das Escrituras Sagradas (Isaias 7:14), livro de responsabilidade autoral atribuída ao povo judeu. O segundo se dá em torno da profecia sobre a segunda vinda deste Messias Salvador (Daniel 7:13-27). Nossa análise, construída a partir da primeira vinda do Messias, está pautada em registros de um grupo de historiadores cujos estudos revelam uma complementaridade a partir deste mesmo ponto de convergência entre as duas tradições, mostrando os aspectos estruturais da sociedade da época. O texto cuja narrativa se desenvolve em torno da segunda vinda do Messias tem como pressupostos teóricos os estudos do historiador judeu-inglês Norman Cohn e a transversalidade em suas pesquisas, apontando aspectos do cotidiano dos povos. Como resultado, obtivemos elementos enriquecedores para discussões que possibilitem a criação de novas narrativas históricas, promovendo avanços na quebra de preconceitos criados a partir do desconhecimento de dados históricos ligados às origens das relações entre estas duas crenças religiosas.

Palavras-chave: Cristianismo. Judaísmo. Messianismo. Milenarismo.

Abstract

This article aims to present different, but not opposing, aspects of how the origin of the Christian tradition occurred and developed within the Jewish tradition based on the dialogue between two texts. The first one presents the prophecy about the birth of a Savior Messiah (Isaiah 7:14), a book of authorial responsibility attributed to the Jewish people. The second takes place around the prophecy about the second coming of this Savior Messiah (Daniel 7:13-27). Our analysis, built from the first coming of the Messiah, is based on records from a group of historians whose studies reveal a complementarity from this same point of convergence between the two traditions, showing the structural aspects of society at the time. The text whose narrative develops around the second coming of the Messiah has as theoretical assumptions the studies of the Jewish-English historian Norman Cohn and the transversality in his research, pointing out aspects of people's daily lives. As a result, we obtained enriching elements for

* E-mail: saul.kirschbaum@gmail.com

** E-mail: marchi.malucia@gmail.com

discussions that enable the creation of new historical narratives, promoting advances in breaking down prejudices created from the lack of knowledge of historical data linked to the origins of the relationship between these two religious beliefs.

Keywords: Christianity. Judaism. Messianism. Millenarianism.

Introdução

As relações entre cristãos e judeus há muito provocam discussões envolvendo aspectos religiosos, políticos, filosóficos e sociais. Como é sabido, as consequências dessas discussões ultrapassam o âmbito de meras discussões, atingindo, muitas vezes, estágios de violência.

Como sua origem data de milênios, os estudos nesta área apresentam uma complexidade de difícil condensação, mantendo sua atualidade e importância.

Nossas pesquisas para este artigo foram delimitadas pela busca das origens e formação da tradição cristã dentro da tradição judaica. A localização cronológica, a princípio em torno do século I da Era Comum, precisou ser ampliada para que a formação da tradição cristã, a partir de sua dissidência em relação à tradição judaica, fosse compreendida em seu desenvolvimento.

Dentre os estudos de historiadores que se dedicaram a este período, encontramos aqueles que fazem um retrato histórico estrutural dos eventos ocorridos, mostrando a dinâmica dos acontecimentos a partir dos poderes institucionalizados. Outros buscaram as ações no cotidiano popular para retratar o mesmo período.

Apresentamos, na primeira seção do artigo, uma narrativa histórica no entorno do nascimento de Jesus Cristo, Messias Salvador cuja vinda faz parte de uma profecia judaica e que consta dos livros do acervo judaico¹. Os dados foram colhidos em pesquisas de historiadores como J. Isaac, L. Poliakov, A. Novinsky, J. Daltroff, E. Kaplan, F. Raphael e R. P. Scheindlin. Retratamos este momento histórico apoiados nos aspectos estruturais de poder na vida das comunidades daquela época, apontando a cisão dentro do grupo judaico da qual o cristianismo começou a germinar, oportunizando a formação da Igreja, que mais tarde se institucionalizou.

Na segunda seção, tendo como evento histórico profetizado a segunda vinda do Messias Salvador, anúncio também constante das escritas judaicas, mostramos o desenvolvimento das convivências cotidianas entre as duas tradições, tendo como pressupostos históricos a narrativa

¹ Por exemplo (Isaias, 9:6): “Pois nasceu entre nós uma criança, um filho nos foi dado. E sobre seus ombros estará a autoridade; por isso o maravilhoso Conselheiro, o Deus Todo-Poderoso e Pai eterno, alcunhou-o de Sar-Shalom [Príncipe da Paz]”, e (Isaias, 7:14): “Eis pois que o Eterno, Ele mesmo, vos dará um sinal: eis que a moça grávida dará à luz um filho e o chamará Emanuel [“Deus está conosco]”.

do historiador inglês Norman Cohn, que apresenta, como resultado de uma longa pesquisa sobre este período, o capítulo: *A tradição da profecia apocalíptica: apocalíptica judaica e cristã primitiva*, em seu livro *The Pursuit of the Millennium*, traduzido para o português com o título *Na Senda do Milênio*, em 1970, e revisado em 1981. Cohn, a partir de citações de textos judaicos e cristãos, faz o entrelaçamento entre as duas tradições culturais. Ele traz aspectos do cotidiano que regem e normalizam as ações entre as comunidades.

Temos como objetivo, neste artigo, apontar o diálogo entre as narrativas dos textos das primeira e segunda seções, expondo, ao lado de aspectos estruturais de poderes políticos e religiosos que norteavam as ações das comunidades cristãs e judaicas, aspectos da convivência cotidiana popular dentro do contexto no qual se davam estas relações nos primeiros séculos, revelando o encontro da raiz da tradição cristã na tradição judaica.

Em seguida, são apresentadas as considerações finais pautadas em observações destas vertentes, onde pretende-se fornecer elementos para discussões que possibilitem a criação de novas narrativas, promovendo avanços na quebra de preconceitos criados a partir do desconhecimento de dados históricos ligados às origens das relações entre estas duas crenças religiosas.

A profecia do nascimento de um Messias na tradição judaica: raiz da tradição cristã

Iniciamos nossa pesquisa em busca da origem da tradição cristã no anúncio do nascimento de um Messias que viria salvar o mundo e que se encontra registrado no livro de Isaías (7:14), parte das Sagradas Escrituras Judaicas. Esta foi uma profecia que, quando tida como realizada através do nascimento de Jesus no século I, causou uma cisão na comunidade judaica, pois houve um ramo do judaísmo que acreditou que Jesus era o filho de Deus, portanto o Messias que havia sido anunciado, e outro ramo que não acreditou. Aos seguidores do grupo que acreditou, mais tarde foi dado o nome de judeu-cristãos e, por fim, cristãos. Aqueles que continuaram acreditando que o Messias ainda estava por vir continuaram com a denominação de judeus.

Cabe ressaltar que a messianidade de Jesus, bem como a de outros que assim como ele foram tidos como o Messias anunciado pelas Escrituras Sagradas, foi questionada por estudiosos como Maimônides² que, ao declarar a ligação entre o fator messianidade e a não

² Moisés Ibn Maimon (1138-1204): filósofo, médico, escritor, rabino, astrônomo. Segundo Wikipédia, figura central intelectual do judaísmo medieval.

morte do corpo, descartaram a possibilidade da crença em Jesus como filho do Divino por parte do povo judeu.

Somando-se a ocorrência da cisão acima citada a um contexto político social entremeado de conflitos armados, tem-se a dispersão do povo judeu, fato que viabilizou a expansão do cristianismo. Esta dispersão, ocorrida no entorno do século I, aconteceu como consequência das relações conflituosas entre o Império Romano, grande potência político-econômica que dominava a região da Palestina no primeiro século, e a resistência do povo judeu em aceitar o governo autoritário e destruidor dos romanos.

Estes enfrentamentos são parcialmente compreendidos ao verificarmos que, nos séculos II e I AEC, as questões internas das comunidades judaicas eram resolvidas pelo Sinédrio³. Neste período, o Império Romano passou a fazer intervenções na vida da comunidade judaica de forma violenta, impondo comportamentos e proibições bem como pesados encargos econômicos, na forma de taxas e prestação de trabalho não remunerado, que afetavam a vida social destas comunidades. Em meio ao povo, havia os que eram favoráveis ao Império, mas grande parte revoltava-se frequentemente contra o governo e contra aqueles que o apoiavam.

Em meio a este grande cenário de desestabilização política, econômica e social, cresceu o número de judeus que acreditavam que o Messias faria valer seus direitos trazendo justiça divina para o povo, enfrentando os desmandos dos romanos. Os conflitos entre os grupos judaicos foram se acentuando e, paralelamente, as tensões entre judeus e romanos se intensificaram, tendo como resultado as revoltas judaicas.

Como consequência da revolta dos judeus contra o Império, iniciada em 66, e que se prolongou, ocorreu a destruição do Segundo Templo no ano 70 da EC pelos romanos, fato que provocou uma mudança drástica na vida da comunidade judaica local e ocasionou um movimento de deslocamento de judeus para outros domínios do Império Romano.

No século seguinte, os conflitos na região continuaram não só entre a comunidade judaica e o Império Romano como também entre grupos de judeus. Os judeus que não estavam se apoiando na ideia do messianismo para resolver suas graves questões políticas, econômicas e sociais se articulavam para um grande enfrentamento com o exército romano. Aqueles que depositavam na divindade das ações de Jesus a solução de suas questões existenciais, resolveram não apoiar este movimento, como esclarece H. H. Ben-Sasson: “A rebelião começou vigorosamente no ano 132. Um recrutamento geral foi organizado e os judeu-cristãos

³ Sinédrio, no século I, era uma assembleia de juízes que julgava o povo judeu segundo as Leis de Moisés e as tradições judaicas. Era composto por sacerdotes, anciãos e escribas totalizando 71 componentes que conheciam as Leis.

que se recusaram a pegar em armas receberam punição severa (Ben-Sasson, 1988, p.387, tradução nossa).⁴ Essa recusa dos judeu-cristãos em apoiar a revolta e as consequentes punições contribuíram para a radicalização do afastamento entre os dois grupos.

Os combatentes foram liderados por Bar Kokhba, judeu que teria sido indicado por Rabi Akiva, líder do Sinédrio, como outro possível messias. Este movimento enfrentou e resistiu ao exército romano de 132 a 135 da EC, ano em que o exército romano invadiu Beitar, cidade fortaleza próxima a Jerusalém, onde Bar Kokhba e outros combatentes foram encurralados e mortos, sendo os remanescentes expulsos da Judeia, fato que causou uma nova dispersão judaica.⁵

Neste movimento de dispersão, houve a formação de novas comunidades diaspóricas com diferentes segmentos. Estas se somavam a outras que já se encontravam fora dos limites da Palestina. Dentre elas havia as que eram formadas por judeus que acreditavam que a profecia do Messias já era fato consumado e, de outro lado, a maioria, que se negou a reconhecer este aspecto messiânico de Jesus.

Estas comunidades se formaram em várias regiões do império romano, dentre as quais Alexandria, Antioquia, a pequena Nissa na Ásia menor e Roma. Poliakov enxerga neste momento a cisão entre os dois grupos, quando afirma:

Somente quando a irradiação da propaganda cristã franqueou os limites da Palestina, começou a estender-se à Diáspora, e a exercer-se no seio das colônias judaicas da Síria, da Ásia Menor e da Grécia, é que nasceu, sabe-se, o verdadeiro cristianismo (POLIAKOV, 1979, p.16).

Mesmo tendo se separado pela crença, ou não, na chegada do Messias, as comunidades judaicas preservavam tradições comuns como: guardar o sábado, circuncidar os meninos ao nascerem, reunir-se para orações, celebrar datas dos ciclos agrícolas, fazer a leitura das Leis Sagradas, travar discussões sobre o entendimento destas leituras.

No entanto, no século II foram registrados movimentos de grupos que faziam memória à morte e ressurreição do Messias reconhecido pelo nome de Jesus Cristo:

[...] a primeira comunidade cristã, a de Jerusalém, cujos membros eram judeus de estrita observância, e queriam assim permanecer, não parece ter conhecido dissabores ou perseguições sistemáticas; só foi exilada de Jerusalém após a destruição do templo, em 70, e encontrar-se-ão ainda no século seguinte vestígios destes “judeus-cristãos”, como serão chamados mais tarde. Outrossim, estes primeiros cristãos respeitavam os mandamentos da Lei em

⁴ Texto original da Tradução nossa: La rebelión se inició vigorosamente en el año 132. Se dispuso un reclutamiento general, y los judeocristianos que se negaron a tomar a las armas recibieron un severo castigo (BEN-SASSON, 1988, p. 387).

⁵ Cabe notar que muitos eruditos judeus que não apoiavam a guerra optaram por emigrar para a Babilônia, onde fundaram academias que vieram a constituir o centro intelectual da vida judaica por séculos.

toda sua minúcia, e pretendiam recrutar adeptos apenas entre os judeus (POLIAKOV, 1979, p. 16).

A oposição entre as vertentes cristã e judaica pode ser notada quando no *Shemonê Esrê*⁶, oração de grande valor recitada após o *Shemá*⁷, foi incorporada a décima segunda bênção, por volta dos anos 80 da EC, como nos apontam os autores do livro Patrística (2008), os judeus “... incluíram os cristãos como *minim* (hereges) no *Shemonê Esrê*, sua oração cotidiana” (BOGAZ; COUTO; HANSEN; 2008, p. 46). Com o Templo já destruído, a presença do ramo messiânico não era bem aceita entre os judeus que se reuniam para as orações.

Nos séculos seguintes, sobre regiões onde os judeus da diáspora haviam chegado, como Alexandria, Poliakov faz o seguinte alerta:

Durante mais de dois séculos, os cristãos não seguiam o calendário judeu? [...] Não esqueçamos que, durante os dois ou três primeiros séculos, a Igreja cristã ainda não estava hierarquizada, e não conhecia nenhuma instituição suprema universalmente reconhecida; cada comunidade podia interpretar os textos sagrados à sua maneira, inúmeras seitas e heresias faziam sua aparição, [...] (POLIAKOV, 1978, p.20).

Ainda segundo as palavras de Poliakov, no século III, a *Torá* era enaltecida em conferências públicas e cristãos e judeus partiram para uma rivalidade doutrinária. O historiador destaca fragmento da tese sobre a punição divina dos judeus, escrita por Orígenes, filósofo e teólogo cristão do início do século III, onde este afirmava que os judeus “cometeram a mais abominável das perversidades, tramando este conluio contra o Salvador do gênero humano” (POLIAKOV, 1978, p. 20). Afirmações como esta arquitetaram a homilia do judeu deicida, que se propagou nos séculos seguintes. Estes discursos foram espalhados, no Oriente, pelo movimento da diáspora.

O historiador também registrou as palavras da pregação de Gregório de Nissa, teólogo, místico e escritor cristão do século IV, a respeito dos judeus, que se transformaram em imagens e perduraram por séculos ao afirmar o seguinte: “Comparsas do diabo, raça de víboras, delatores, caluniadores” (POLIAKOV, 1978, p. 22).

Jules Isaac, historiador judeu-francês, em seu livro *Jésus et Israël* (1986, p. 238), além de citar os discursos antissemitas de Gregório de Nissa, como Poliakov o fez, citou também o nome de São João Crisóstomo e o de São João de Antioquia, que são reconhecidos como Padres da Igreja, e que proferiam discursos onde expressões como “beberrões”, “advogados do diabo”,

⁶ *Shemonê Esrê*, número dezoito em hebraico, é o nome de um conjunto de dezoito bênçãos, também conhecida como *Tefilá* ou *Amidá*. Apesar de ser acrescida uma décima nona bênção posteriormente, ela continuou conhecida como *Shemonê Esrê*.

⁷ *Shemá* é uma bênção de glorificação do Ser Divino. Quando proclamada na sinagoga, é desenvolvida na primeira parte do ofício. No *Shemá* há um convite ao povo de Israel para que escute o seu Deus.

“Sinédrio de demônios” eram usadas para se referir aos judeus, e “caverna de bandidos”, “covil de animais ferozes” entre tantas mais para referir-se à sinagoga. Isaac questiona e reflete:

Simple violência de linguagem? Claro que não. Elas se traduzem no direito e nos fatos. O antissemitismo poderá florescer e diversificar-se nas eras seguintes: ele encontra lá, desde o século IV, seu modelo acabado. Sob a influência dos Padres da Igreja, de São João Crisóstomo principalmente, a legislação imperial tende a se modificar em detrimento dos judeus, a tomar o mesmo tom da polêmica antijudaica. (ISAAC, 1986, p. 238)

Em Roma, no século IV, verificamos a movimentação de atos de ruptura na convivência das comunidades ao observarmos a celebração da Páscoa, ou *Pessach* para os judeus. Segundo palavras de Poliakov: “Se se quer examinar mais de perto o aumento progressivo de um ‘antissemitismo teológico’, a lenta evolução da liturgia pascal oferece um exemplo surpreendente” (POLIAKOV, 1978, p. 21).

Para ilustrarmos o avançar deste enfrentamento, verificamos que no Concílio de Niceia⁸ (325), convocado pelo Imperador Constantino I, deixando clara a aliança entre o Império Romano e a Igreja desde o século IV, tratou-se de determinar a definição da data para a Páscoa cristã divergindo da Páscoa judaica. Esta fazia memória ao êxodo do povo de Israel do Egito rumo à liberdade, enquanto a Páscoa cristã passou a celebrar a memória da paixão e ressurreição de Jesus Cristo.

Apesar destes confrontos, Poliakov diz que se deve notar que as pessoas comuns nas comunidades se respeitavam dentro de suas diferenças culturais e religiosas e esta era uma preocupação para os chefes da Igreja, que tinham como pretensão a hegemonia cristã e temiam que o discurso judaico atraísse muitos cristãos para o judaísmo:

Tudo isto nos permite concluir que naquela época os judeus da Gália, numerosos, influentes, e vivendo em bons termos com os cristãos e se misturando livremente entre eles, causavam inquietação aos chefes da Igreja por força mesmo deste bom entendimento com suas ovelhas. (POLIAKOV, 1978, p. 24)

O enfrentamento entre discursos teológicos se ampliou dentro do espaço ideológico e, alimentados pelo poder político, deram início à estruturação da instituição religiosa que legalizou os discursos antijudaicos, transformando-os em justificativa para perseguições contra o povo judeu.

Esta hegemonia religiosa expandiu-se tendo como apoio a ideia teocêntrica que dominou a Idade Média, atingindo todos os setores da sociedade durante séculos. Igreja e nobreza, entendidos como eleitos de forma divina, se consideravam na posição de julgar os

⁸ Primeiro concílio geral na história da Igreja cristã, convocado por Constantino I em 325.

homens, segundo os direitos divinos. Aqueles que não correspondiam às normas da Igreja estavam sujeitos a julgamento, conversões forçadas, exílio ou morte, além de confisco de bens.

Finalizamos esta primeira narrativa onde observamos o início das relações entre cristãos e judeus a partir de uma raiz judaica única, observando o desenvolvimento destas relações entre aproximações e oposições até o momento de sua cisão e a normalização de uma relação de oposição cristalizada pela proposta hegemônica institucionalizada; a seguir, passamos a observar estas relações no plano das ações cotidianas entre os povos destas duas tradições, norteadas pela escrita de Norman Cohn.

A segunda vinda de um Messias: o judaísmo na formação do cristianismo

Uma outra narrativa possível para análise das aproximações e oposições entre judeus e cristãos pode ser construída a partir de estudos sobre os agrupamentos comunitários e práticas culturais nos primeiros séculos da Era Comum.

Com a proposta de analisar o movimento milenarista⁹ que envolveu os pobres desenraizados da Europa Ocidental entre os séculos XI e XVI, Norman Cohn, acadêmico, historiador e escritor britânico, ao buscar as origens deste movimento, menciona uma herança herdada dos judeus e dos primeiros cristãos; conforme suas palavras:

Porque os pobres não criaram as suas próprias crenças milenaristas, antes as receberam de pretensos profetas ou pretensos messias. Muitos deles eram antigos membros do baixo clero, que por sua vez foram buscar essas ideias às fontes mais diversas. Quimeras milenaristas houve que foram herdadas dos judeus ou dos primeiros cristãos, outras do abade Joaquim de Fiore do séc. XII, outras ainda elaboradas pelos místicos heréticos conhecidos pelo nome de Irmãos do Livre Espírito. (COHN, 1980, p. 12)

Segundo palavras de Cohn, a busca pelo mundo milenarista e pelo mundo gerado pelas inquietações sociais sobrepunham-se. Os pobres, que desejavam melhores condições de vida, eram cativados por profetas milenaristas que pregavam a extinção dos maus, muitas vezes identificados como judeus, clero ou ricos, e a sua substituição pelos santos, os pobres, e pela existência de um mundo sem sofrimento e pecado.

Em seu livro *Na Senda do Milênio*, o historiador expõe um estudo sobre como as crenças tradicionais do Norte e Centro da Europa, diante de situações de ansiedade e desorientação,

⁹ “o milenarismo cristão não passava de uma variante da escatologia cristã. ..., fundando-se na autoridade do Apocalipse (XX, 4-6), de que, depois da sua Segunda Vinda, Cristo estabeleceria na terra um reino messiânico, onde reinaria durante mil anos até ao Juízo Final. Segundo o Apocalipse, os cidadãos desse reino serão os mártires cristãos ... Mas já os primeiros cristãos interpretavam essa parte da profecia num sentido mais liberal que literal, identificando os mártires com os fiéis que sofriam, ou seja, com eles próprios, e esperando a Segunda Vinda no tempo da sua própria existência. Recentemente tornou-se habitual, entre antropólogos e sociólogos e até entre historiadores, tomar a palavra «milenarismo» num sentido ainda mais livre, aplicando-a a um tipo particular de salvacionismo: e assim será no presente livro” (COHN, 1981, p. 11).

recorriam à ideia de “uma futura idade de ouro ou reino messiânico servindo de veículos a aspirações e tensões sociais” (COHN, p. 12-13).

No primeiro capítulo deste livro, ele nos aproxima da tradição apocalíptica e encontramos a sua origem em invenções de grupos religiosos de judeus e cristãos primitivos que recorriam a este recurso para se esquivarem das opressões sofridas. A mais antiga tradição tem seus registros junto de judeus que, acreditando serem o povo escolhido, se sentiam obrigados a dar testemunho ao mundo de sua posição de justos e misericordiosos, e, com a vinda dos nacionalismos ocasionando as diásporas, o povo, que se reconhecia como o eleito por Deus, passou a criar imagens de triunfo sobre seus opressores.

São citadas como fontes destas imagens apocalípticas os Livros Proféticos do século VIII e bem anterior a eles, por volta de 165 AEC, o capítulo VII do Livro de Daniel. Este último texto se aplicava ao povo judeu em uma época de divisões. Após um período de relativa paz e liberdade depois da libertação da Babilônia, a região da Palestina passou para as mãos dos Selêucidas e parte dos judeus, tidos como de classes superiores, que optaram por seguir costumes gregos e a outra parte, o povo comum, assumiu enfaticamente a fé de seus antepassados. Quando o novo governo fez intervenções nas práticas do povo, aconteceu a revolta dos Macabeus, mesmo período da criação do Livro de Daniel, segundo a narrativa de Cohn:

Quando o monarca selêucida Antíoco IV, intervindo a favor da facção pró-grega, foi ao ponto de proibir todas as observâncias religiosas judaicas, a resposta foi a revolta dos Macabeus. No “sonho” do Livro de Daniel, que foi composto na altura da revolta, quatro animais simbolizam quatro poderes mundiais sucessivos: o babilônico, o meda (não histórico), o persa e o grego - o último dos quais “será diverso” de todos os reinos e devorará toda a terra e reduzi-la-á a pedaços. E quando por sua vez este império for destruído, Israel, personificado como o “Filho do Homem” ... “Toda a vastidão do reino debaixo dos céus será dada ao povo dos santos do Altíssimo... (Dan. VII, 13-27)”. Daniel vai mais longe do que qualquer dos outros profetas: pela primeira vez, o futuro reino glorioso é imaginado como englobando não apenas à Palestina, mas o universo inteiro. (COHN, 1980, p. 16-17)

Desta forma, Cohn expõe a construção do paradigma escatológico de que o mundo é dominado pelo mal demoníaco e para sobrepor-se a ele somente o Reino dos Santos com toda sua glória teria o poder de fazer com que os oprimidos reinassem definitivamente sobre os opressores, ideia que estimulou as revoltas entre 63 AEC até 66-72 EC e prolongou-se por séculos, acrescida da imagem de um Messias Salvador, o que muito agradava às massas populares.

A ideia deste Messias, que teria poderes para vencer todas as guerras e dominar o mundo, foi crescendo na mesma medida que crescia a miséria e a opressão do povo sob o domínio do Império Romano.

Uma grave situação de desespero, aliada à possibilidade de uma saída milagrosa para a situação, explica os judeus terem seguido Simão Bar-Kokhba como sendo o Messias, no ano 131, durante a rebelião que acreditavam que os levaria à independência nacional. Uma vez tendo sofrido uma violenta derrota e perdido sua nacionalidade política, esta ideia apocalíptica foi deixada de lado pelos judeus.

Gradativamente, a busca por um império mundial de parte daqueles que acreditavam que o Messias dominaria todos os povos, passa a ser a busca pela pátria nacional perdida; também gradativamente passam a ser os cristãos a terem suas profecias pautadas no “sonho de Daniel”.

Norman Cohn destaca os nomes de Johannes Weiss e Albert Schweitzer como peritos que discutiram a influência desta tradição judaica na formação do imaginário cristão sobre a vinda de um “messias sofredor e mortal em um Reino puramente espiritual”, que mais tarde viria a ser o núcleo da doutrina cristã. Cohn registra a influência judaica na crença cristã:

À semelhança dos judeus, também os cristãos eram vítimas da opressão e a sua resposta era a afirmação cada vez mais vigorosa, perante os outros e perante si mesmos, da fé na iminência da idade messiânica, em que os seus males seriam vingados e os seus inimigos derrotados. E não admira que a maneira como imaginavam a grande transformação devesse muito aos apocalipses judaicos, muitos dos quais tinham junto dos cristãos uma divulgação maior que junto dos próprios judeus. No livro do Novo Testamento conhecido precisamente pelo nome de Apocalipse, os elementos cristãos e judaicos misturam-se para formarem uma profecia escatológica de grande poder poético. (COHN, 1980, p. 19)

Complementando esta ideia de sobreposição de reinos, o autor explica que, segundo a crença, este reino que viria duraria mil anos, um milênio, e seria seguido pela ressurreição geral dos mortos e pelo juízo final, onde somente seriam salvos os inscritos no livro da vida como santos, tendo sua morada garantida na Nova Jerusalém celeste.

Muitos movimentos adeptos destas ideias surgiram nos séculos seguintes, cultuando homens aos quais proclamavam como o novo messias ou mesmo seguindo aqueles que se autoproclamavam como tal, como é o caso dos montanos¹⁰ por volta de 156 EC, movimento aderido até mesmo por Tertuliano.

¹⁰ Em 156 depois de Cristo, um certo Montano, da Frígia, declarou-se a si mesmo a encarnação do Espírito Santo, aquele «Espírito de Verdade» que, segundo o Quarto Evangelho, haveria de revelar as coisas vindouras. Em breve

Outros também se apossaram destas ideias milenaristas, nem sempre seguindo um movimento determinado, mas compondo discursos na tentativa de cristianizar as massas ou entrar em debates teológicos no combate do que já então era visto como heresia. Este é o caso de Irineu, fim do século II, ou Justino em seu “diálogo com o judeu Trifão”, ou ainda Lactâncio em suas conversões no século IV. No século V, podemos vislumbrar, segundo Cohn, nos poemas de Comodiano, um apelo às armas a caminho de triunfo, renunciando “um milenarismo de cruzada que haveria de explodir na Europa no último período da Idade Média” (p. 22).

O historiador aponta que na Europa Medieval, Orígenes, século III, “substituiria uma escatologia coletiva e milenarista por uma escatologia da alma individual” (p. 23). O influente teólogo retira o Reino vindouro do espaço, ou do tempo, e o coloca nas almas daqueles que creem. Este pensamento vai cada vez mais impregnar a Igreja que se organiza e que vai atingir sua supremacia no século IV, confrontando os movimentos milenaristas que não encontram apoio junto aos governantes eclesiásticos. No início do século V, Santo Agostinho propõe a doutrina da Igreja dentro destas novas ideias, o que ganhou a adesão da ortodoxia.

Estas mudanças ocorreram na Igreja, mas as tradições apocalípticas continuaram vivas e ganhando força no submundo popular. Cohn esclarece que “foi em parte graças a essa tradição que a ideia dos Santos do Altíssimo se tornaria tão forte em alguns círculos cristãos como nunca fora entre os próprios Judeus” (p. 23), levando os cristãos a se considerarem o novo povo eleito. Os cristãos não deixaram de lado as literaturas apocalípticas herdadas e acrescentaram a elas livros como os Sibilinos, que eram registros dos oráculos de profetizas inspiradas, e que tinham sido utilizados para conversão de pagãos ao judaísmo, utilizando-os como instrumento para conversão a seu favor. Nesta vertente, a figura do “Cristo-guerreiro” ascende e ganha um outro posto, o de “Imperador dos Últimos Dias”. A profecia sibilina de nome *Tiburtina*, datada do século IV, anuncia a vinda do Imperador dos Últimos dias e Cohn o contextualiza dentro da sucessão de Constantino na seguinte passagem:

Alto, imponente, bem proporcionado, de rosto formoso' e irradiante, Constante reinará 112 (ou 120) anos. É uma idade de abundância, em que o azeite, o vinho e o trigo são abundantes e baratos. É também a idade que vê o triunfo do Cristianismo. O imperador destrói as cidades dos pagãos e os templos dos falsos deuses. Intima os próprios pagãos a batizarem-se; os que recusarem converter-se deverão ser mortos à espada. No fim do seu longo

reuniria à sua volta uma quantidade de extáticos muito dados a experiências visionárias que acreditavam firmemente serem de origem divina e a que até deram o nome de «Terceiro Testamento». O tema das suas iluminações era a iminente vinda do Reino: a Nova Jerusalém desceria em breve dos céus em terra Frígia onde se tornaria a morada dos Santos. Pelo que os Montanistas convocaram todos os Cristãos para a Frígia, para aí aguardarem a Segunda Vinda, em jejum, oração e penitência (COHN, 1980, p. 20).

reinado, também os Judeus se converterão e nesse momento o Santo Sepulcro brilhará de glória. ... Assim fica finalmente aberto o caminho para Segunda Vinda. (COHN, 1980, p. 24-25)

Desta maneira chegamos a Constantino, imperador que liderou o movimento para institucionalização da Igreja Católica no século IV, convocando o primeiro concílio ecumênico em Niceia, no ano de 325, e contribuindo para tornar o cristianismo a religião oficial do Império Romano.

Considerações finais

Encontrar elementos da tradição judaica na origem da tradição cristã é possível quando se atende à proposta de rever em pesquisa histórica o período dos primeiros séculos da Era Comum. Foi este o objetivo deste artigo: apontar o diálogo entre narrativas construídas a partir de estudos de diferentes grupos de historiadores a respeito dos séculos iniciais da Era Comum, abarcando origens e desenvolvimentos entre as relações de grupos pertencentes às culturas cristã e judaica e as suas influências na institucionalização da Igreja. Nas duas seções trabalhadas, encontramos esta possibilidade ao utilizarmos o elemento profético da vinda de um Messias.

Ao elaborar o primeiro texto, localizamos esta profecia nas Sagradas Escrituras, livros da tradição judaica, sendo objeto de estudos de vários historiadores que registraram o nascimento deste Messias como elemento de cisão dentro do grupo judaico. Observa-se que, no decorrer dos primeiros séculos, foi construído um cenário de enfrentamentos entre cristãos e judeus, que provinham muitas vezes dos discursos de cada lado, mostrando a luta para legitimar força e poder. A convivência popular é brevemente registrada. Sobressaem-se estudos sobre os interesses que estão nas mãos ora do Império ora da Igreja, e que manipulam as ações de grupos de diferentes tradições e crenças. Fica claro que o Império, ao adotar a religião cristã como oficial, estabeleceu regras severas para conversão ao cristianismo, construindo um modelo de perseguição e morte do povo judeu que se tornou milenar.

O texto da seção 2, tendo sido estruturado a partir dos resultados de anos de pesquisas do historiador Norman Cohn a respeito de elementos que envolvem as crenças das comunidades dos primeiros séculos, possibilitou o diálogo com o texto anterior quando, ao expor o movimento milenarista, fez com que nos deparemos novamente com a profecia da vinda do Messias Salvador. Desta vez, no entanto, não mais resgatando o momento do nascimento, vida e morte deste Messias, mas sim de uma futura segunda vinda no plano escatológico. Dentro desta visão, nos aproximamos do contexto do mesmo período histórico, agora povoado por

múltiplos grupos sociais de crenças diversas, e dentro delas o grupo judaico e, se desenvolvendo paralelamente a ele, o grupo cristão.

O diálogo entre os textos é evidente. Ambos tocam na temática das relações cristãs-judaicas a partir da vinda do Messias. A princípio, o grupo judaico, por ser raiz deste modo de vida monoteísta, é exposto como o mais forte e possuidor de grande responsabilidade no desenvolvimento da história dos dois movimentos. É de suas escritas que partem os registros de pensamentos, crenças e tradições que terão uma continuidade milenar.

Cohn nos leva a conhecer os cristãos já fechados em ideias milenaristas, apropriando-se das profecias dos livros judaicos e utilizando-as para suprir as necessidades espirituais do povo carente dos primeiros séculos. Sem que se deem conta, são travadas batalhas teológicas orquestradas pelos poderosos, ora pertencentes à vertente eclesiástica, ora à nobreza ou à monarquia.

Diante dos resultados de tais estudos, é possível a compreensão deste momento histórico de modo complexo e relevante para que, uma vez entendida a história como um conjunto de elementos não particularizados e sim como sintonia de vários momentos e fatores, criar uma amplidão histórica que dê conta de apontar possibilidades de entendimento para o desenrolar histórico destas identidades que chegam até o momento atual.

Sabe-se que a história das relações entre cristãos e judeus, envolvendo aproximações e oposições, não está concluída. Uma prova disto é a sugestão conciliar da Igreja Católica chamada de declaração *Nostra Aetate*, parte dos documentos finais do Concílio Vaticano II ocorrido no século XX, onde pela primeira vez, depois de dezesseis séculos de discursos conciliares antagônicos, a Igreja reconheceu formalmente injustiças cometidas contra o povo judeu e se pronunciou favorável à aproximação entre estas duas crenças.

O desconhecimento histórico da construção destas relações, ou de parte dela, pode estar no âmago destas oposições que interferem nas relações sociais como elementos facilitadores de atitudes preconceituosas que evoluíram gradativamente do antijudaísmo até chegar ao antissemitismo.¹¹

Enfim, consideramos que, através do cotejo de resultados de diferentes vertentes de pesquisas históricas acadêmicas, novas narrativas sobre estas relações poderão ser construídas,

¹¹ Acreditamos ser oportuno esclarecer que antijudaísmo e antissemitismo não são sinônimos: enquanto antijudaísmo é uma questão religiosa, do qual o indivíduo judeu poderia eximir-se pela conversão ao catolicismo (ainda que essa conversão pudesse ser vista com suspeição de “criptojudaísmo”), o antissemitismo é uma questão biológica – para os nazistas, quem quer que tivesse como antepassado um único ancestral judeu a até oito gerações, era considerado judeu e, portanto, sujeito às mesmas atrocidades. A vertente racial remonta pelo menos à Idade Média ibérica, que promulgou o famoso “estatuto da pureza de sangue”.

desencadeando discussões e abrindo possibilidades desta senda milenar ser compreendida e restaurada.

Referências Bibliográficas

- TANAH completo hebraico e português. (tradução David Gorodovits e Jairo Fridlin). São Paulo: Editora e Livraria Sêfer, 2018.
- BOGAZ, A. S., COUTO, M. A., HANSEN, J. H. **Patrística Caminhos da Tradição cristã**. São Paulo: Paulus, 2008.
- COHN, N. **Na Senda Do Milênio**: Milenaristas Revolucionários e Anarquistas Místicos da Idade Média. Portugal : Editorial Presença, 1981.
- DALTROFF, J. **Les Ratisbonne à Strasbourg, Paris et Jérusalem au XIXe siècle** : regards croisés au début du XXIe siècle. Bernardswiller: I.D. l'Édition, 2017.
- GUILHERME, M. L. **O livro Le Judaïsme em relação dialógica com a declaração Nostra Aetate: uma resposta à proposta de aproximação entre cristãos e judeus**. 2023. Dissertação (mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ISAAC, J. **Jesus e Israel**. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- KAPLAN, E. K. **Abraham Heschel** : Un prophète pour notre temps. Paris: Albin Michel, 2008.
- NOVINSKY, A. **A inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- POLIAKOV, L. **De Cristo aos Judeus da Corte**. São Paulo : Perspectiva, 1979.
- RAPHAEL, F. **Les Juifs d'Alsace et de Lorraine de 1870 à nos jours**. Paris : Éditions Albin Michel, 2018.